



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE

Av. das Nações nº 415 - CEP 68390000 - Ourilândia do Norte - Pará
Fone: 434-1281, 1284, 1289

LEI MUNICIPAL Nº 272/2000

**MODIFICA E ADITA NOVAS DISPOSIÇÕES
À LEI MUNICIPAL Nº 221/98 EM FACE À
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 019 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Ourilândia do Norte, Estado do Pará, por meio de seus representantes na Câmara Municipal de Vereadores, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O anexo I da Lei Municipal nº 221/98 passa a vigorar conforme quadro abaixo:

ANEXO I

QUADRO DOS CARGOS/VENCIMENTOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

QUANT.	CARGO/FUNÇÃO	REF.	VENCIMENTO
13	- CHEFE DE DIVISÃO	CC-1	645,00
01	- DIRETOR DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE	CC-1	645,00
01	- MOTORISTA DO PREFEITO	CC-2	430,36
01	- ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA AO T.F.D	CC-3	473,39
01	- DIRETOR DE CENTRO DE SAÚDE	CC-4	516,43
01	- ENGENHEIRO CIVIL	CC-5	1.080,24
01	- ENGENHEIRO AGRÔNOMO	CC-5	1.080,24
01	- MÉDICO AUDITOR	CC-6	800,00
02	- MÉDICO VETERINÁRIO	CC-7	1.500,00
02	- BIOQUÍMICO	CC-7	1.500,00
01	- PSICÓLOGO	CC-7	1.500,00
01	- NUTRICIONISTA	CC-7	1.500,00
01	- ASSISTENTE SOCIAL	CC-7	1.500,00
03	- ENFERMEIRO	CC-7	1.500,00
06	- MÉDICO	CC-9	2.200,00
04	- ODONTÓLOGO	CC-8	1.800,00

Art. 2º - Adite-se o seguinte artigo 10 e renumere os seguintes:

"Art. 10 - Os cargos definidos no anexo VII desta Lei são considerados de mesma equivalência ao cargo de Secretário Municipal, portanto são agentes políticos de livre nomeação e exoneração e, seus subsídios serão fixados pela Câmara Municipal nos termos da Emenda Constitucional nº 19."

Valm...



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE

Av. das Nações nº 415 - CEP 68390000 - Ourilândia do Norte - Pará

Fone: 434-1281, 1284, 1289

Art. 3º Fica aditado o anexo VII, que dispões sobre os cargos de agentes políticos.

ANEXO VII

CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO DOS AGENTES POLITICOS

QUANT.	CARGO/FUNÇÃO
07	- SECRETÁRIO MUNICIPAL
01	- CHEFE DE GABINETE
01	- TESOUREIRO
04	- COORDENADOR DE FUNDO
02	- ASSESSOR ESPECIAL
01	- ASSESSOR JURÍDICO
01	- CONTADOR

Art. 4º - Adite-se o seguinte artigo 11 e seus parágrafos e renumere os seguintes:

"Art. 11 É vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória sobre os vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos comissionados e função gratificadas fixados nos anexos I e II desta Lei."

§ 1º - A vedação de acréscimo contida no caput deste artigo, não se aplica ao pagamento de vantagens pessoais quando o servidor for ocupante de cargo efetivo no Município.

§ 2º - A hipótese de acréscimo prevista no parágrafo anterior incidirá apenas sobre o vencimento do cargo efetivo do ocupante do cargo de comissionado ou função gratificada.

§ 3º - A vedação de acréscimo contida no caput deste artigo, também não se aplica ao pagamento do vencimento base do cargo efetivo quando o servidor exercer função gratificada descrita no anexo II desta Lei.

Art. 5º - O artigo 37 da Lei 221/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 - Os servidores ocupantes de cargos comissionados e função gratificada terão direito a 30 (trinta) dias de férias remuneradas, após um ano de exercício no cargo."

§ 1º - Não é devido o pagamento do terço constitucional reservado aos servidores municipais ocupantes de cargos efetivos.

§ 2º - As férias de que trata o caput, poderão ser gozadas no período que o beneficiado achar conveniente, vedado o acúmulo para gozo numa só época.

§ 3º - Fica expressamente vedado a conversão total ou parcial em espécie das férias concedidas.

§ 4º - No período de gozo das férias dos servidores de cargos comissionados, fica a critério do Prefeito Municipal a designação de um substituto para responder interinamente pela pasta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILÂNDIA DO NORTE
Av. das Nações nº 415 - CEP 68390000 - Ourilândia do Norte - Pará
Fone: 434-1281, 1284, 1289

Art. 6º - Adite-se o seguinte artigo 38 e renumere os seguintes:

“Art. 38 - O servidor ocupante de cargo comissionado ou função gratificada, detentor de um cargo efetivo, somente poderá gozar licenças prêmios, férias regulares com pagamento de adicional de 1/3, licenças especiais e outras vantagens e prêmios inerentes ao cargo efetivo desde que renuncie ao cargo comissionado ou a função gratificada.”

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de dezembro de 2000.

Dr. Romildo Veloso Silva
Prefeito Municipal